



APRESENTAÇÃO

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: resistências em tempos de sofrimento psíquico

Thiago Ingrassia Pereira¹

O sentido literal da pandemia do coronavírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível. Mas o que ela exprime está muito além disso.

(Boaventura de Sousa Santos, *A cruel pedagogia do vírus*, 2020, p. 10).

O contexto da pandemia do novo coronavírus mudou sociabilidades, aprofundou desigualdades, (re)criou angústias e expôs com brutalidade as fraquezas humanas. Os anos de 2020 e 2021 foram marcantes pela crise sanitária e, sobretudo, no contexto brasileiro, pela crise política que é um projeto de necropolítica deliberado (MBEMBE, 2018). Os números oficiais que se aproximam de 700 mil brasileiros(as) mortos(as) na pandemia de covid-19 são resultados de um projeto de radicalização da extrema-direita, do individualismo exarcebado, no aprofundamento da ideologia neoliberal e da aposta na indiferença como o afeto-chave para os processos de dominação.

¹ Sociólogo, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa. Professor da área de Fundamentos da Educação e membro permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Erechim. Ex-Presidente Nacional da ABECS (2016-2020). *E-mail*: thiago.ingrassia@uffs.edu.br

Assim, “controlar a gramática do sofrimento é um dos eixos fundamentais do poder” (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020, p. 13), encontrando amparo nas práticas de gestão do Governo Federal brasileiro. Para Marcos Nobre (2020, p. 11), “Bolsonaro poderia ter tomado a crise sanitária como uma oportunidade para aumentar significativamente sua popularidade, poderia ter se colocado como líder da união nacional em um momento de emergência. É importante entender por que não o fez”.

A falta de atitude é uma atitude política. Nesse sentido, este complexo cenário de gestão da pandemia que, de certa forma, é a gestão do sofrimento, é uma expressão de poder, portanto, uma das facetas da dominação. O projeto necrófilo de governo foi eleito antes da pandemia de Covid-19, portanto, já estava em curso o desmonte das frágeis políticas sociais do Estado nacional, aprofundando a pobreza e a miséria no país.

Na área da educação, a ofensiva conservadora buscou em todo o momento uma guerra ideológica, tendo no “Escola sem Partido” sua expressão mais genuína. Desde o cenário eleitoral de 2018, a pessoa e a obra de Paulo Freire, patrono da educação nacional, foram violentamente atacadas. À dimensão destrutiva, segue a tentativa de implementar um projeto de privatização do sistema escolar, de esvaziamento orçamentário e de patrulha ideológica, jogando a opinião pública contra a universidade e contra os(as) professores(as) e pesquisadores(as).

Partindo do cenário de reformas inauguradas no período de governo de Michel Temer (2016-2018), se reorienta a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e se instauram as condições políticas para a Reforma do Ensino Médio. Sabemos que uma das primeiras ações do recém-empossado governo, após o polêmico afastamento de Dilma Rousseff, foi a Medida Provisória (MP) nº 746. Essa MP já acena para algo que vinha se desenhando desde o governo Dilma: uma reforma minimalista, alterando a oferta de disciplinas, entre as quais, a Sociologia.

Assim, o texto da MP nº 746/2016 indicava a exclusão da oferta de disciplinas e esboçava, em relação direta com as reformas estatais voltadas à lógica de mercado, um Ensino Médio fragmentado e de caráter tecnicista. A reação de

associações científicas, sindicatos e movimentos estudantis foi imediata. A ABECS² buscou participar deste processo, denunciando a gravidade da proposta de Reforma. Para isso, emitiu notas públicas, realizou abaixo-assinados, dialogou com bancadas de partidos de oposição no Congresso Nacional e, sobretudo, passou a organizar de forma mais sistemática os(as) professores(as) da área.

O cenário político era desfavorável a pautas progressistas, sendo que a Reforma do Ensino Médio desencadeada pela MP acabou virando Lei (13.415/2017), se constituindo em um dos primeiros atos legislativos de 2017. A partir da mudança de legislação, sobretudo da Lei nº 11.684/2008, conhecida como a “Lei da obrigatoriedade”, bem como dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a disciplina de Sociologia passava a correr riscos de sua oferta regular nas escolas brasileiras.

Mais uma vez, como em outros períodos históricos, a Sociologia corre o risco de entrar em uma momento de descontinuidades no currículo escolar, indo de encontro com o período de expansão verificado após a Lei da obrigatoriedade de 2008 (OLIVEIRA, 2021). Dessa forma, as comunidades escolar e acadêmica ligadas ao ensino de Sociologia viveriam uma abrupta transição de suas pautas: da afirmação e do desenvolvimento do campo, para a resistência dos espaços conquistados.

A resistência política apresenta um grande desafio organizativo. Sustentada por uma recente e bem-sucedida rearticulação de docentes e pesquisadores(as), a área de ensino de Ciências Sociais mostrou fôlego diante do ataque do contexto reformista. Eventos regionais e nacionais continuaram e foram, em certo sentido, incrementados, associações científicas buscaram intervir no debate da MP e Reforma do Ensino Médio (CRAVO; REIS, 2017), Revistas científicas mantiveram sua periodicidade e escopo sobre ensino de Sociologia – destaque para as duas revistas especializadas da área: *Cadernos da ABECS* e *Perspectiva Sociológica*, do

² As ações da associação podem ser visualizadas no site (<https://abecs.com.br/>) e nos seus demais canais oficiais na internet.

Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) –, coletâneas e livros seguiram sendo lançados (com destaque às publicações da Editora Café com Sociologia).

Uma das formas de resistência é continuar a crescer, mesmo reconhecendo limites e constrações. Diante do impasse e das incertezas da Reforma, tivemos, mesmo assim, a realizações de concursos públicos para professores(as) em redes estaduais e Institutos Federais. Os cursos de Licenciatura em Ciências Sociais mantiveram suas atividades acadêmicas, assim como Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Sociais e Educação mantiveram abertura para o desenvolvimento de pesquisas sobre ensino de Sociologia.

Nossa comunidade escolar e acadêmica passou a acompanhar com grande expectativa o desenrolar da BNCC do Ensino Médio (abril de 2018) e seus impactos no novo edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Pelo contexto normativo, os estados brasileiros serão decisivos para os rumos da Reforma, cabendo um diálogo próximo e propositivo. O período entre 2008 e 2016 foi profícuo na construção do subcampo do ensino de Sociologia e de inúmeras experiências pedagógicas da disciplina no âmbito escolar, fornecendo as bases para a resistência que deverá se expressar por ações concretas nos âmbitos acadêmico e político.

Vivemos o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em todas as suas múltiplas contribuições ao desenvolvimento da Licenciatura e da formação inicial de professores(as), assim como a construção do Mestrado Profissional em Rede, o ProfSocio, responsável por qualificada construção do conhecimento científico a partir da prática pedagógica nas escolas. Todas essas experiências não vão desaparecer sem resistência, ainda que isso tenha grande custo psíquico.

Dessa forma, a publicação de mais uma edição da CABECS é parte das ações de resistência que afirmam nossa existência pessoal e profissional. Esse conjunto de textos chega ao conhecimento público em boa hora, mostrando o vigor das reflexões, experiências e pesquisas na área de ensino de Ciências Sociais no Brasil. Com periodicidade semestral, desde 2017, a CABECS vem se constituindo em espaço privilegiado para a divulgação do conhecimento *sobre e a partir* da

Sociologia escolar, enfatizando as peculiaridades da formação inicial e continuada de professores(as), estratégias metodológicas e debates de cunho teórico-conceitual. Os grandes debates atuais da área passam pelas páginas da CABECS.

Mesmo nesse cenário de incertezas, essa nova edição é constituída de artigos, relato de experiência, entrevista e resenha, que são os gêneros tradicionais que integram os números da Revista. Além disso, esta edição apresenta o Relatório do I Fórum da ABECS, realizado no ano de 2021, e inaugura a seção “Documentos”, buscando contribuir para o registro histórico e ser fonte importante de pesquisa na área. O documento “Proposta de conteúdo programático para a disciplina sociologia – 2º grau” (1986) é apresentado por Cristiano das Neves Bodart, editor-chefe da CABECS.

O relato de experiência trata do Estágio e da Residência Pedagógica, importantes espaços formativos no âmbito da Licenciatura em Ciências Sociais. A edição apresenta cinco artigos que abordam temas pertinentes ao escopo da Revista. Destaque para a discussão sobre livros didáticos presente em três artigos, apresentando diferentes abordagens que enriquecem as possibilidades analíticas acerca de um tema com crescente interesse de pesquisa na área (MAÇAIRA; PEREIRA, 2021). O PNLD 2021 assume relevo interpretativo e torna-se objeto de análise por meio do perfil dos(as) autores(as) e sua relação com a Sociologia escolar. O uso de livros didáticos de Sociologia no Distrito Federal é examinado em artigo que problematiza seu manejo por docentes da rede distrital, explorando pesquisa realizada nos anos de 2020 e 2021.

Os dois artigos que fecham essa seção da CABECS tratam de interessantes temas da agenda educacional: (1) a pedagogia dos multiletramentos e (2) questões de gênero e sexualidade no Ensino Médio. Assim, o panorama de discussões conceituais e empíricas é variado, ofertando ao(à) leitor(a) da CABECS um repertório interessante na interface entre as Ciências Sociais e a Educação.

A entrevista deste número foi com a Professora Maria Isabel Gomes, doutoranda em Ciências da Educação na Universidade de Évora. O diálogo permite conhecermos um pouco mais a realidade do ensino de Sociologia na Escola

Secundária em Portugal, equivalente ao Ensino Médio brasileiro, observando aspectos interessantes acerca dessa oferta formativa nos Países de Língua Portuguesa. Ampliar possibilidades investigativas em contexto internacional é muito relevante para a qualificação dos debates acerca da Sociologia escolar, indo ao encontro de outras iniciativas editoriais recentes (BODART; MARTINACHE; CIGALES; PEREIRA, 2021).

A resenha que integra esta edição trata de projeto editorial da Editora Café com Sociologia publicado em 2021. A coleção “Conceitos e categorias fundamentais do ensino de Ciências Sociais” está organizada em seis títulos que tratam das três áreas das Ciências Sociais, cada qual com dois volumes. No ano de 2021, foram publicados quatro títulos: Sociologia (v. 1 e 2), Antropologia (v. 1) e Ciência Política (v.1), sendo que os dois títulos que se encontram em fase de elaboração são os volumes 2 da Antropologia e Ciência Política.

Estamos diante de um número que consolida a CABECS como periódico de referência na área de ensino de Ciências Sociais, mantendo, desde sua criação, a publicação semestral regular. O esforço pela sua manutenção e desenvolvimento é compromisso fundante da ABECS, repactuado em tempos pandêmicos e reformistas. Vamos resistir para existir, pois, mais do que nunca, a compreensão crítica da sociedade é exigência histórica diante do negacionismo científico, do individualismo exacerbado e da naturalização da miséria humana. As Ciências Sociais têm algo a dizer e o seu ensino tem muito a contribuir com a superação dos dilemas sociais. De certa forma, a CABECS é um instrumento desse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODART, Cristiano das Neves; MARTINACHE, Igor; CIGALES, Marcelo Pinheiro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Apresentação: sociologia, currículo e ensino – debates e desafios no Brasil e na França. *Latitude*. Maceió, v. 15, edição especial, p. 04-10, jan. 2021.

CRAVO, Gustavo; REIS, Jayme. A defesa pública da Sociologia por cientistas sociais e da Filosofia por filósofos durante a tramitação da medida provisória 746/2016. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 27-46, 2017.

MAÇAIRA, Julia Polessa; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Livros didáticos de Sociologia: pesquisas, balanços e experiências. *In: OLIVEIRA, Amurabi et al (Org). Conquistas e resistências do ensino de sociologia: ENESEB 2019*. Maceió: Editorta Café com Sociologia, 2021, p. 197-205.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOBRE, Marcos. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.

OLIVEIRA, Amurabi. Ensino de sociologia na educação básica: expansão, retrocessos e perspectivas. *Em aberto*. Brasília, v. 34, n. 111, p. 27-40, mai/ago 2021.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelsol da; DUNKER, Christian. Apresentação. *In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelsol da; DUNKER, Christian (Orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 9-13.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

PEREIRA, Thiago Ingrassia. A produção científica na área de ensino de Ciências Sociais: resistências em tempos de sofrimento psíquico. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.5, n. 1, p.01-07, 2021.